

CONSTRUÇÃO DE RELACIONAMENTOS COM O GOVERNO LOCAL EM UGANDA

PAÍS:	Uganda
TEMA:	Crianças e educação; governança; saúde; violência e ameaças
ABORDAGENS DE ADVOCACY:	Construção de relacionamentos; Mobilização da igreja e da comunidade; demonstração de boas práticas; funcionários do governo: lobby; funcionários do governo: reuniões

Há muitos anos, a Pentecostal Assemblies of God (PAG), parceira da Tearfund, vem conduzindo projetos-piloto para integrar o trabalho de *advocacy* no processo de mobilização da igreja e da comunidade (MIC). Na verdade, este é conhecido localmente como Processo de Avaliação Participativa (PAP). Este treinamento em *advocacy* ajuda as comunidades a utilizar os recursos disponíveis em âmbito individual, comunitário e governamental.

A PAG treinou facilitadores, conhecidos como “discípulos”, em *advocacy* em âmbito local. O treinamento envolve identificar questões comunitárias que precisem de apoio do governo, determinar quem no governo local é responsável por essas questões e aprender como acessar informações e financiamento do governo local para elas. Os grupos também aprendem a escrever cartas a funcionários do governo local solicitando reuniões de “diálogo comunitário”, e a PAG ajuda-os a realizar essas reuniões de maneira eficaz. Essa abordagem tem o potencial de transformar não apenas os serviços que as comunidades podem acessar, mas também o relacionamento entre as comunidades e os governos locais, incentivando uma governança mais responsiva e responsável.

Foi o que aconteceu quando a comunidade de Owii, no distrito de Serere, em Uganda, começou a usar suas habilidades de *advocacy* para influenciar seu governo local.

Com o apoio dos facilitadores da PAG, a comunidade de Owii identificou duas áreas principais onde os recursos do governo local poderiam fazer uma diferença real: cuidados de saúde e educação. O posto de saúde mais próximo ficava a 14 km de distância, dificultando o acesso a vacinas vitais, e não havia professores do governo na escola da comunidade.

O recém-eleito comitê de *advocacy* da comunidade escreveu uma carta aos escritórios do subcondado do distrito, solicitando uma reunião de diálogo comunitário, mas não recebeu resposta. O comitê enviou outra carta, mas tampouco houve resposta. Na terceira carta, a comunidade disse que, se os representantes do subcondado não visitassem a comunidade, a comunidade os visitaria em massa em seus escritórios. Essa carta tampouco recebeu resposta.

Ao invés de fazer qualquer reconhecimento formal dos pedidos da comunidade, os funcionários do subcondado do distrito ameaçaram os líderes do comitê de *advocacy* com prisão. Eles acusaram o comitê de mobilizar sua comunidade para causar tumultos e distúrbios. Os funcionários do distrito

chegaram a pedir que a polícia prendesse alguns dos líderes da comunidade. A polícia, no entanto, recusou-se, afirmando que a comunidade não estava fazendo nada de errado por simplesmente solicitar uma reunião com seus líderes. Na verdade, a polícia incentivou os funcionários do distrito a se reunirem com a comunidade e ofereceu-lhes proteção.

Quando as autoridades distritais finalmente concordaram com a reunião de diálogo comunitário, a comunidade conseguiu destacar os problemas que enfrentava para acessar assistência médica e educação. Os funcionários do subcondado do distrito ficaram impressionados com a abordagem estratégica da comunidade para identificar os principais problemas para seus pedidos e concordaram em fornecer enfermeiros comunitários e medicamentos.

Além de conseguir a prestação de serviços, a comunidade agora está muito mais integrada ao processo de tomada de decisão do governo local. Os conselheiros distritais são incentivados a informar a comunidade sobre os planos do governo local e estão começando a pedir de forma proativa sua contribuição no ciclo de planejamento.